

# JUDITH BUTLER SOBRE O GÊNERO: AS PERFORMANCES E OS CORPOS ESTRANHOS

*JUDITH BUTLER ON GENDER: PERFORMANCES AND STRANGER BODIES*

*Rosana Carvalho Bastos Amaral<sup>1</sup>  
Deyvison Rodrigues Lima<sup>2</sup>*

**Resumo:** Esta pesquisa analisa o conceito de gênero a partir da obra “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”. O objetivo é expor que o corpo não é meramente matéria, mas uma construção através do discurso e, a partir disso, demonstrar a desconstrução do conceito de gênero sobre o qual está baseada a teoria feminista. A divisão de sexo/gênero funciona como a base de um pilar fundacional da política feminista e parte da ideia de que sexo é natural e gênero é socialmente construído. No entanto, Butler problematiza que o sexo e o corpo, não apenas o gênero, também são construídos social e culturalmente e, portanto, partilham uma constituição discursiva. Ao contrário, em vez de uma concepção naturalista ou subjetivista, Butler sustenta que o gênero é constituído performaticamente pelas expressões ou efeitos de seus desempenhos. Assim, as críticas às relações de gênero se concentram na percepção de que elas só podem ser compreendidas como uma construção discursiva, mesmo que, por séculos, as dicotomias, normalidades e identidades tenham sido apresentadas, normativa e necessariamente, como características naturais para cada um dos sexos. Para Judith Butler, porém, a identidade de gênero é um efeito de múltiplas práticas, que não se confunde com um ato de volição, tampouco com uma exteriorização de uma essência. Como conclusão, apresenta o modo pelo qual as instituições tratam e reconhece esses corpos, sobretudo aqueles que não se enquadram no binômio sexo/gênero, classificando-os como abjetos ou, mais especificamente, *queer*.

**Palavras-chave:** Gênero. Identidade. Sujeito. Discurso.

**Abstract:** This research analyzes of the concepts of gender from the work “Gender trouble: feminism and subversion of identity”. The objective is to show that the body is not merely matter, but a construction through discourse and, from that, to demonstrate the deconstruction of the concept of gender on which feminist theory is based. The sex/gender divide serves as the basis of a foundational pillar of feminist politics and starts from the idea that sex is natural and gender is socially constructed. However, Butler problematizes that sex and the body, not just gender, are also socially and culturally constructed and, therefore, share a discursive constitution. On the contrary, rather than a naturalistic or subjectivist conception, Butler maintains that gender is performatively constituted by the expressions or effects of its performances. Thus, criticisms of gender relations focus on the perception that they can only be understood as a discursive construction, even if, for centuries, dichotomies, normalities and identities have been presented, normatively and necessarily, as symbols and natural characteristics for each of the sexes. For Judith Butler, however, gender identity is an effect of multiple practices, which cannot be confused with an act of volition, nor with an externalization of an essence. As a conclusion, it presents the problematic way in which institutions treat and recognize these bodies, especially those that do not fit into the sex/gender binomial, classifying them as abject or, more specifically, *queer*.

---

<sup>1</sup> Mestra em Filosofia pelo Mestrado Profissional em Filosofia – UFPI. Professora da Seduc do Estado do Piauí. E-mail para contato: rcbastos@hotmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7264-2286>.

<sup>2</sup> Professor Adjunto no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Piauí e do Mestrado Profissional em Filosofia – UFPI. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail para contato: donlima86@ufpi.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7879-8388>.

**Keywords:** Gender. Identity. Subject. Speech.

## **1. Introdução**

O pensamento século XX preparou o caminho para a consideração fenomenológica das questões acerca do corpo: Husserl, Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty, entre outros, propiciaram a reflexão sobre esse campo de objetos e conceitos relativamente negligenciados na tradição filosófica. Todavia, apesar da reconhecida influência, deixaram escapar o tema da sexualidade seja pressupondo uma neutralidade sexual seja, no pior dos casos, assumindo uma sexualidade universal, normalmente vinculada às expressões heteronormativas, machistas e racistas decorrentes. Nesse contexto, Judith Butler se tornou um exemplo eloquente de uma refinada teoria que reflete acerca das experiências sexuais do corpo, mais especificamente, ao compreender o corpo como elemento fundamental da subjetividade, se é que podemos falar ainda de sujeito por conta de seus ares metafísicos e identitários. De todo modo, contra a tradição filosófica da primazia da razão, sobretudo contra o dualismo cartesiano entre natureza e cultura, o corpo se rebela. Qual a tese central? Ora, deixado de lado o dualismo entre mente e corpo, compreende-se que isso que foi determinado como corpo/natureza, a rigor, também seria algo cultural ou historicamente específico, ultrapassando a ideia de corpo natural ou biológico tal como uma essência primeira que antecederia a cultura. O objetivo deste artigo é expor alguns argumentos e conceitos para demonstrar essa leitura, segundo Butler, que o corpo não é meramente matéria, mas uma construção discursiva ou, mais precisamente, performativa.

## **2. Gênero e cultura: a diferença binária**

Desde a década de 1970, o binômio sexo/gênero passou a funcionar como parâmetro de debate explícito acerca da normalização dos corpos. Nessa época, a obra de Margaret Mead (2003; 1975) já havia inserido a expressão “papeis dos sexos” para analisar aquilo que não era determinado biologicamente, ou seja, como papeis desempenhados na estrutura social, de cunho cultural, em vez de características inatas ou naturais. Apesar disso, o conceito de gênero ganha fortuna crítica assumindo a diferença entre natureza e cultura, mais especificamente, entre algo variável (gênero) e algo fixo (sexo). O debate inicial nesta seara parte da constatação pretensamente lógica de que

haveria algum tipo de causalidade entre biológico e social, condicionando este àquele ao marcar os corpos, inclusive cientificamente, como masculinos ou femininos. Todavia, há um problema elementar, a saber, não haveria uma contradição ou, no mínimo, uma postura ingênua (ou ideológica) ao sustentar que, por um lado, o “social” seria algo cultural ou construído historicamente a partir do biológico; e, por outro lado, a natureza seria compreendida de modo estritamente biológico, excluída qualquer interpretação ou pré-compreensão social? O problema exposto não é outro senão perguntar-se sobre essa “fundamentação” sexual do gênero.

Para analisar este problema, tomamos como ponto de partida o texto “*Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da Identidade*”, no qual a dissecação dos mecanismos pelos quais o gênero é considerado um problema social se torna problema conceitual. Para Judith Butler, um problema é social quando ele é sentido no corpo, caso contrário não seria possível “problematizar as categorias de gênero que sustentam a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2018, p. 8). A proposta da filósofa é, precisamente, questionar a identidade como fundamento da ação política do feminismo. Assim, o ponto de partida é justamente o questionamento das configurações binárias de poder:

Que configurações de poder constroem o sujeito e o outro, essa relação binária entre ‘homens’ e ‘mulheres’, e a estabilidade interna desses termos? Que restrições estariam operando aqui? Seriam esses termos não problemáticos apenas na medida em que se conformam a uma matriz heterossexual de conceituação de sexo e do desejo? Como questionar um sistema epistemológico/ontológico? Qual a melhor maneira de problematizar as categorias de gênero que sustenta a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória? (BUTLER, 2018, p. 8).

O objetivo do uso do conceito de gênero em Butler pode ser compreendido como um modo de se livrar de concepções sociais enviesadas sobre o tema, incitando uma investigação de formas políticas de ação não baseadas em identidades, ou melhor, na compreensão de que essas identidades ditas naturais ou universais são, com efeito, produzidas socialmente ou, de modo mais estrito, discursivamente. Para Ann Murphy, aprofundando esta questão:

o feminismo corpóreo é o subconjunto da teoria feminista que enfatiza a importância da corporeidade sexuada e vivida e toma como seu ponto de partida a afirmação de que o corpo sexuada é fundamental para a representação da experiência. Apoiando-se em particular em ideias da

tradição fenomenológica, o feminismo corpóreo argumenta que a diferença sexual não pode ser teorizada separadamente da experiência particular da corporeidade sexuada (MURPHY, 2012, p. 441).

Nesta concepção, temos uma virada completa: o corpo é o elemento fundamental da subjetividade – se é que ainda podemos falar em algo desse tipo. Contra a tradição filosófica da primazia da razão, sobretudo contra o dualismo cartesiano, finalmente, o corpo se rebela. Em todo caso, precisamos ficar atentos às ameaças de essencialismos e identitarismos, sempre à espreita mesmo no pensamento radical. Qual é a tese central? Ora, deixado de lado o dualismo cartesiano, mente (cultural) e corpo (natural), compreende-se isso que foi determinado como corpo/natureza, a rigor, também como algo cultural ou historicamente específico. O que muda, afinal? Deixa de existir “uma ideia de corpo natural ou essencial que prefigura a cultura” (MURPHY, 2012, p. 441).

Tal leitura provocou profundas alterações nas estruturas do feminismo, visto que desconstrói o conceito de gênero no qual está fundada toda a teoria feminista. Afinal, qual pressuposto é atacado e denunciado como metafísico por Butler? Basicamente, a ideia de que o sexo é natural, enquanto o gênero é construído socialmente. Ao denunciar este pressuposto, Butler abre a possibilidade de uma nova perspectiva e expansão do feminismo. É o que Tina Chanter afirma ao comentar a tese das sufragistas de que a convicção segundo a qual considera as mulheres inaptas – históricas, instáveis, medrosas, fracas, voluptuosas, amorais, manipuladoras, etc. – a certos papéis sociais de proeminência reservados aos homens seria apenas fruto de uma carência educativa ou de formação e, por isso, bastaria sanar esse aspecto deficitário para eliminar as razões do julgamento de que mulheres fossem menos capazes do que homens. Esse argumento elementar, mesmo que incipiente, já revela algumas suspeitas da relação sexo-gênero, sobretudo, revela a tese de que:

[...] não era a identidade sexual das mulheres – não os seus corpos, sexo ou capacidades reprodutivas – que determinava sua natureza, mas a convenção, a sociedade, o hábito e a tradição. Essa é uma versão do argumento natureza/educação (meio). A natureza não impõe que as mulheres devam confinar-se à maternidade, mas a educação (a cultura), sim. A mudança crucial que ocorre aqui é a de que a identidade das mulheres não é fixada pelo destino, pela anatomia, pelos genes, pela biologia ou pelo DNA. Ao contrário, essa identidade pode mudar, ser fluída e maleável. Uma vez que se admita que a natureza física, material e biológica das mulheres não as determina, mas sim que as tendências, costumes, crenças e preconceitos sociais limitam e prescrevem seus papéis, a porta então se abre para a reeducação, para a transformação e para a mudança social (CHANTER, 2011, p. 22).

Ao permitir uma reflexão filosófica sobre sexo/gênero/desejo, Butler busca uma reinterpretação a partir do conceito de performatividade, dispensando tanto a abordagem culturalista quanto a essencialista. Assim, ao tratar de gênero, mesmo ao reconhecer o caminho aberto por Beauvoir (1980), entre outras, a autora perturba as contribuições anteriores e radicaliza a perspectiva da fenomenologia *queer* marcada pelas questões acerca da configuração binária de poder:

Que configurações de poder constroem o sujeito e o outro, essa relação binária entre “homens” e “mulheres”, e a estabilidade interna desses termos? Que restrições estariam operando aqui? Seriam esses termos não problemáticos apenas na medida em que se conformam a uma matriz heterossexual de conceituação de sexo e do desejo? Como questionar um sistema epistemológico/ontológico? Qual a melhor maneira de problematizar as categorias de gênero que sustenta a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória? (BUTLER, 2018, p. 8).

Levar à risca esse questionamento, essa análise crítica das categorias fundacionais seria o que Foucault (2019) chamou de “genealogia”. Em vez de buscar as origens do gênero, do desejo feminino, “investiga as apostas políticas, designado como origem e causa das categorias de identidade que na verdade são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (BUTLER, 2018, p. 10, grifo nosso). Essa investigação é tomada como tarefa de “centrar-se e descentrar-se” naquilo que foi chamado pela autora de instituições definidoras: falocentrismo e heterossexualidade compulsória. Nesse contexto, Butler faz uma genealogia da produção feminista da categoria mulher e busca compreender o problema da produção da identidade. Segundo ela, deve-se questionar:

[...] quais possibilidades políticas são consequências de uma crise radical das categorias de identidade? Que formas novas de política surgem quando a noção de identidade como base comum não restringe o discurso sobre políticas feministas? E até que ponto o esforço para localizar uma identidade comum como fundamento para uma política feminista impede uma investigação radical sobre as construções e as normas políticas da própria identidade? (BUTLER, 2018, p. 10).

A partir das teses de Butler, a identidade da “mulher”, tal como o movimento feminista assume, apresenta-se como reducionista e excludente, pois as políticas identitárias não seriam permeáveis aos múltiplos interesses e demandas dos integrantes

que o grupo tenta representar, provocando a repetição daquela postura que critica, ou seja, a exclusão de grupos que não se encaixam nos pressupostos não tematizados. Isso se manifesta exemplarmente na impermeabilidade do feminismo tradicional em relação às questões de raça e de classe, revelando os conflitos e limitações que estiveram na origem da construção da identidade da mulher. Por isso mesmo, a identidade se torna uma categoria insuficiente para traduzir as necessidades políticas dos sujeitos que vivem suas vidas concretamente. Na pergunta aparentemente inofensiva, “qual é o seu sexo?”, constrói-se uma expectativa normalizadora da pergunta que pressupõe uma identidade. Ora, nesse sentido:

Quando teóricas feministas afirmam que gênero é uma interpretação cultural do sexo, ou que gênero é construído culturalmente, qual é o modo ou mecanismo dessa construção? Se o gênero é construído, poderia sê-lo diferentemente, ou sua característica de construção implica alguma forma de determinismo social que exclui a possibilidade de agência ou transformação? Porventura a noção de “construção” sugere que certas leis geram diferenças de gênero em conformidade com eixos universais da diferença sexual? Como e onde ocorre a construção de gênero? Que juízos podemos fazer de uma construção que não pode presumir um construtor humano anterior a ela mesma? (BUTLER, 2018, p. 28).

Na análise do gênero como algo construído em corpos sexualmente diferenciados, há a insinuação essencialista de que a cultura, mesmo como construção histórica, discursiva e social, seria algo determinante, enquanto os corpos comporiam a matriz por sua legibilidade anatômica, pois “quando a ‘cultura’ relevante que ‘constroi’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei [...] tem-se a impressão de que o gênero é tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (BUTLER, 2018, p. 28-29). A autora de *Problemas de gênero* rejeita a distinção sexo/gênero por ser fundada na crença de que o conceito de sexo seria um dado natural, ou seja, algo fixo e pré-cultural. Em vez disso, afirma ser uma construção cultural dos sujeitos. Todavia, ela também questiona o caráter desse construtivismo que orbita “na polaridade filosófica convencional entre livre-arbítrio e determinismo” (BUTLER, 2018, p. 29), suspeitando também das teses construcionistas ou culturalistas.

Não obstante as formas de conceber os processos de construção possam ser (e de fato o são) distintas, lidar com o conceito de gênero significa colocar-se contra a naturalização do feminino – como a “outra” e, obviamente, do masculino, como

“universal”. Simone de Beauvoir (1980), em sua obra “O segundo sexo”, de 1949, auxilia a construção e entendimento do que seria chamado de segunda onda do feminismo: enquanto a primeira onda traz para o debate, entre outras coisas, a crítica da ideia de dominação masculina como forma de poder e de pensar o mundo a partir do espaço privado buscando se firmar enquanto sujeito; a segunda onda escancara a posição da mulher oprimida pelo sistema patriarcal desde o nascimento.

Segundo Butler, o gênero é um fator de “marca” a partir de aspectos biológicos, linguísticos e culturais. Todavia, é sempre definido pelo não ser do outro, dando-lhe significado. Se teóricas feministas afirmam ser o gênero “uma relação”, aliás, um conjunto de relações e não um atributo individual, outras consideram que só há um gênero marcado, o feminino, pois o gênero masculino se funde com o universal, que transcende o corpo e o “construto” mulher, que passa a ser definido a partir dele. Para Irigaray (1985), vista pela análise de Butler, por exemplo, as mulheres representam no discurso masculinista e falocêntrico aquilo que é irrepresentável, visto como o outro do universal. Como explica Butler, “[...] as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma opacidade linguística” (BUTLER, 2018, p. 31). Assim, se Beauvoir afirma que as mulheres são o outro; para Irigaray (1985), na interpretação de Butler, “tanto o sujeito como o Outro são esteio de uma economia significante falocêntrica e fechada, que atinge seu objetivo totalizante por via da completa exclusão do feminino” (BUTLER, 2018, p. 32). Dessa forma, o feminino não é uma falta ou sequer um outro que estaria sempre definido negativa e imanentemente em sua masculinidade: não poderia ser a marca de um sujeito. O sexo feminino é, portanto, o sujeito que não é uno, pelo contrário, ele se apresenta como múltiplo. Esta conclusão, porém, propicia “um ponto de partida para a crítica das representações ocidentais hegemônicas e da metafísica da substância que estrutura a própria noção de sujeito” (BUTLER, 2018, p. 32). Não à toa, Butler se opõe à metafísica da substância, ou seja, em relação ao debate da questão proposta, à crença que sexo e gênero são entidades naturais, denunciando a determinação da diferença binária a partir da fisiologia.

### **3. A crítica de Butler ao feminismo**

A rigor, um dos problemas encontrados pelas teorias feministas até meados dos anos de 1980 é a presunção de uma identidade estável e fixa que compreenderia toda a categoria de “mulheres”. No entanto, a teoria feminista já se mostrara crítica quanto ao

sentido da construção social do ser mulher definido meramente por sua fisiologia, ou seja, ao impor distinção entre sexo e gênero, as feministas questionam o pressuposto que o sexo delimita a experiência social das mulheres, impondo-lhes certos significados. Assim, a divisão sexo/gênero funcionaria como a base ou fundação da ação política feminista, uma vez que assume a ideia de que o sexo é natural e o gênero, socialmente construído. Nesse contexto, a categoria do gênero passa a ser utilizada para combater o determinismo biológico a partir do qual as mulheres seriam naturalmente constituídas, em outras palavras, contra “a fundamentação sexual do gênero”.

Segundo Butler, porém, a identidade “mulher” fixada para o feminismo nessa distinção entre sexo/gênero como modo de legitimar tal categoria para além da biologia, levanta “a tese de que [...] o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente não é nem o resultado casual do sexo nem tampouco aparentemente fixo quanto o sexo” (BUTLER, 2018, p. 26). Ora, o gênero aparece, pois, como uma possibilidade de interpretação múltipla do sexo, no limite, descolada dos detalhes anatômicos. Quando levado ao seu limite lógico, a discussão sexo/gênero supõe uma irregularidade entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. Assim, Butler inicia suas considerações ao esboçar sua leitura de sexo e gênero como performativos, para além do binarismo:

A hipótese de um sistema binário de gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino quanto um feminino. (BUTLER, 2018, p. 26).

No intuito de desenvolver sua suspeita à concepção binária de gêneros, ideia predominante nas teóricas feministas, Butler realiza uma leitura crítica de Beauvoir, assim como de Irigaray, pois apesar de diferirem sobre “as estruturas fundamentais que produzem a assimetria de gênero” (BUTLER, 2018, p. 37), ambas irão discernir claramente as estruturas básicas que reproduzem a lógica assimétrica do gênero:

Enquanto a primeira volta-se para a reciprocidade malograda de uma dialética assimétrica, a segunda, sugere que a própria dialética seja a elaboração monológica de uma economia significativa masculinista. Embora Irigaray amplie claramente o espectro da crítica feminista pela exposição das estruturas lógicas, ontológicas e epistemológicas de uma



economia significante masculinista, o poder de sua análise é minado precisamente por seu alcance globalizante. (BUTLER, 2018, p. 37).

Butler nos alerta que, assim como a crítica feminista deverá ter como função explorar as afirmações que totalizam a economia significante masculinista, não deixará também de fazer-se autocrítica em relação aos gestos que também totalizam o feminino, visto que o “esforço de identificar o inimigo como singular em sua forma é um discurso invertido que mimetiza acriticamente a estratégia do opressor, em vez de oferecer um conjunto de diferentes termos” (BUTLER, 2018, p. 37). Devido a isso, a autora complementa que essa tática pode funcionar de forma igual em contextos feministas, mas também para os antifeministas. Isso significa que o gesto colonizador não é redutível ou primariamente masculino. Podemos citar como exemplo as relações de subordinação heterossexistas, raciais e de classes, além da invisibilidade para o feminismo *mainstream* quando trata da mulher preta, pobre, latina e lésbica, por exemplo. Apesar da crítica à matriz horizontal de relações que não descreve outras convergências do campo social, Butler não nos conduz para um modelo verticalizado, pois este seria igualmente insuficiente, visto que as opressões não podem ser, de forma sumária, classificadas, relacionadas e distribuídas entre “planos pretensamente correspondentes ao que é ‘original’ e ao que é ‘derivado’ (BUTLER, 2018, p. 38), tendo em vista que:

Os debates feministas contemporâneos sobre o essencialismo colocam de outra forma maneira a questão da universalidade da identidade feminina e da opressão masculina. As alegações universalistas são baseadas em um ponto de vista epistemológico comum ou compartilhado, compreendido como consciência articulada, ou como estrutura compartilhada de opressão, ou como estruturas ostensivamente transculturais da feminilidade, maternidade, sexualidade e/ou da *écriture féminine*. (BUTLER, 2018, p. 39 grifo da autora).

Podemos dizer, portanto, que a insistência apontada sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres deixa intocado alguns pressupostos perigosos e, sobretudo, deixa de fora a “multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro ‘mulheres’” (BUTLER, 2018, p. 39). O interesse da autora, nota-se aqui, não diz respeito ao patriarcado, mas à compreensão de como a categoria mulher tornou-se tão amplamente aceita como se fosse dado ontológico. Logo no início do texto “Problemas de gênero”, Butler critica essa estrutura de poder por restringir a categoria “mulheres”:

Alguns esforços foram realizados para formular políticas de coalizão que não pressuponham qual seria o conteúdo da noção de “mulheres”. Eles pressupõem, em vez disso, um conjunto de encontros dialógicos mediante o qual mulheres diferentemente posicionadas articulem identidades separadas na estrutura de uma coalizão emergente. E claro, não devemos subestimar o valor de uma política de coalizão; porém, a forma mesma da coalizão, de uma montagem emergente e imprevisível de posições, não pode ser antecipada. Apesar do impulso claramente democratizante que motiva a construção de coalizões, a teórica aliancista pode inadvertidamente reinsserir-se como soberana do processo, ou buscar *antecipar* uma forma ideal para as estruturas da coalizão, vale dizer aquela que garanta efetivamente a unidade do resultado. Esforços correlatos para determinar qual é e qual não é verdadeira forma de diálogo, aquilo que constitui a posição do sujeito – e, o mais importante, quando a “unidade” foi ou não alcançada –, podem impedir a dinâmica de autoformação e autolimitação da coalizão (BUTLER, 2018, p. 39).

Ao se propor a unidade de coalizão e objetivá-la, supõem-se que a solidariedade seja pré-requisito da ação política, ainda que a qualquer preço. Butler afirma, em seguida, que “talvez as coalizões devam reconhecer suas condições e agir deixando essas contradições intactas” (BUTLER, 2018, p. 40) e, sustentando que a noção de diálogo é culturalmente limitada, afirma:

Em primeiro lugar, devemos questionar as relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades dialógicas. De outro modo, o modelo dialógico corre o risco de degenerar num liberalismo que pressupõe que os diversos agentes do discurso ocupam iguais posições de poder e falam apoiados nas mesmas pressuposições sobre o que constitui “acordo” e “unidade”, que seriam certamente os objetivos a serem perseguidos. Seria errado supor de antemão a existência de uma categoria de “mulheres” que apenas necessitasse ser preenchida com os vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para tornar-se completa. A hipótese de sua incompletude essencial permite a categoria servir permanentemente como espaço disponível para os significados contestados. A incompletude por definição dessa categoria poderá, assim, vir a servir como um ideal de normativo livre de qualquer força coercitiva (BUTLER, 2018, p. 40).

A proposta de Butler questiona o significado de “identidade” ao nos interpelar acerca das suposições que impregnam o discurso sobre as “identidades de gênero”, argumentando que “o gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada, [...] tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor” (BUTLER, 2018, p. 42). Como questões para reflexão,

Butler questiona acerca do gênero ser ou não um processo, em vez de uma situação ontológica do ser que de forma bem simples definiria o “somos”. Nesse caso, o que determinará, então, o que nos tornamos, como também a maneira pela qual nos tornamos isso? Em que métrica alguém escolhe seu gênero? O que ou quem faz essa escolha? E ainda, o que determinará tal escolha, se existe, de fato, alguma coisa que a determine? É possível falar em sujeito ou escolha?

Desse modo, Butler declara que o gênero é uma “escolha”, o que nos parecerá uma ideia obscura, já que ela não entende por “escolha” como um agente livre ou uma pessoa que se coloca fora de seu gênero e de forma simples o seleciona. Se alguém já é seu gênero e a escolha da forma de gênero é sempre limitada desde sua origem, visto que não há um grau zero da escolha, como lidar com essa aparente contradição? A leitura butleriana, porém, sustenta que escolher um gênero significa interpretar as leis que existem sobre gênero, organizando-as de uma nova forma. Isso altera o modo pelo qual podemos entender “escolha”. Assim, menor que um ato radical de criação, o gênero será um projeto tácito para a renovação da nossa história cultural em conformidade os nossos próprios termos: “não se trata de uma tarefa prescrita na qual devemos nos empenhar, mas uma tarefa na qual estamos empenhados desde sempre” (BUTLER, 2018, p. 68). O que Butler traz de novo para o pensamento do feminismo é que a opressão e a condição da mulher, até agora pensada como universal e trans-histórica, ou seja, como existente desde sempre e em todos os lugares, não é aplicável, visto que não é suficientemente radical na desconstrução de seus paradigmas essencialistas ou culturalistas: mesmo que minimamente influenciado pelo sexo, o gênero limitar-se-ia a uma dicotomia entre masculino e feminino, a partir da qual o aspecto cultural atribuiria um significado, sem jamais criticar o aspecto biológico.

Em pergunta central, assumindo a leitura foucaultiana, Butler inicia sua desconstrução: “Teria o sexo uma história? [...] Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável?” (BUTLER, 2018, p. 27). A proposta butleriana sugere que não apenas o gênero, mas também o sexo seria construído discursivamente, em contraposição explícita ao discurso científico ideológico. Dessa forma, polemicamente, ela afirma que “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio o construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” (BUTLER, 2018, p. 27). Nessa hipótese, como a sexualidade é construída

culturalmente, o que resta é indagar-se como se dá o reconhecimento e por quais meios é possível fazer essa construção.

Em sua obra mais importante – não apenas pela projeção, mas pelo modo que desconstruiu paradigmas e conceitos que mudaram a política feminista, assim como a relação com os corpos, pensando-os não apenas através de uma ideia histórica, mas também pelo conjunto de possibilidades continuamente realizáveis – Butler propõe desnaturalizar o conceito de gênero e, a partir dele, uma tradição metafísica de proposições dicotômicas ou antagônicas como natureza/cultura, corpo/alma, essência/aparência que resultaria na “metafísica da substância”, em referência explícita a Nietzsche e Derrida, isto é, a tese de que o sentido do ser se dá como presença, segundo o qual haveria um acesso direto e imediato ao ser. Tal metafísica da presença é, segundo Derrida:

[...] [a] determinação historial do sentido do ser em geral como presença, com todas as subdeterminações que dependem dessa forma geral e que nela organizam seu sistema e seu encadeamento historial (presença da coisa ao olhar como *eidós*, presença como substância/essência/existência (*ousia*), presença temporal como ponta (*stigmé*) do agora ou do instante (*nun*), presença a si do cogito, consciência, subjetividade, co-presença do outro e de si, intersubjetividade como fenômeno intencional do ego, etc). [...] seria, portanto, [...] a determinação de ser do ente como presença” (DERRIDA, 2017, p. 15).

De certa forma, na contramão do que propunham as feministas humanistas – o sexo como substantivo, numa proposição metafísica – Butler argumenta que o gênero fora entendido até então como um atributo de pessoa, de modo essencial, isto é, como características de gênero pré-estabelecidas. Todavia, ao contrário do que defendiam as teorias feministas, a questão para Butler seria, com efeito, como escapar dessa dupla limitação do gênero ora determinado pelo fundamento sexual-biológico, ora como resultado da história ou construção social. Para isso, é necessário aprofundar ainda mais em sua crítica radical.

#### **4. Desconstrução da metafísica da substância: a performatividade**

A desconstrução da metafísica da substância realizada por Butler é um dos pontos primordiais para o entendimento do conceito que ela nos oferece de gênero. No entanto, pretendemos analisar com maior profundidade o modo pelo qual ocorre o abalo

das dicotomias e conceitos modernos, tais como, sexo/gênero e natureza/cultura e, por conseguinte, a insuficiência da transposição da determinação do gênero para a sociedade ou história, seja em termos de escolha ou volição, seja em termos de contexto ou práticas sociais. Dessa forma, podemos começar com a pergunta elementar acerca da postura que impede a verificação dos pressupostos problemáticos: “o que é metafísica da substância, e como ela informa o pensamento sobre as categorias do sexo?” (BUTLER, 2018, p. 32). Introduzida a questão, pensemos sobre as concepções humanistas do sujeito e suas perspectivas de vários atributos essenciais e/ou não-essenciais, segundo Butler:

a posição feminista humanista compreenderia o gênero como um *atributo* da pessoa caracterizada essencialmente como uma substância ou um “núcleo” de gênero pré-estabelecido, denominado pessoa que denota uma capacidade universal de razão, moral, deliberação moral ou linguagem. Como ponto de partida de uma teoria social de gênero, entretanto, a concepção universal da pessoa é deslocada pelas posições históricas ou antropológicas que compreendem o gênero como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos em contextos especificáveis (BUTLER, 2018, p. 32, grifo da autora).

De Beauvoir, Butler recebe a crítica anti-essencialista de que, em sua conhecida formulação, a mulher não nasce, mas sim torna-se, ao afastar o elemento naturalista e considerar o feminino como construção social. Todavia, ainda não expressa a leitura que Butler pretende, tendo em vista que há pressuposições difíceis de conciliar, tais como, a pressuposição de um agente que prefigura ou precede o aparecimento do sujeito, na velha dualidade cartesiana. Nesse ponto, mais do que Beauvoir, é a crítica à metafísica feita por Nietzsche que influencia a pesquisa de Butler, como ela sugere no capítulo 1 do *Problemas de Gênero*, com ênfase na crítica à noção voluntarista de subjetividade, mais especificamente, a relação entre sexualidade e agência. Ela afirma que “o gênero de uma pessoa é realizado no tempo como efeito de determinados desempenhos”, pois “o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra” (BUTLER, 2018, p. 56).

Este é o problema que Butler observa, pois, ao tomar o gênero como substância, ele teria, na verdade, que apresentar-se como algo fixo e/ou *a priori*. No entanto, na leitura de Butler, o gênero não se comporta como essência, atributo ou substância que se possa atribuir ao sujeito, visto que se constitui por “atos que se repetem”, como a autora expõe: “o gênero é a estilização de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual, se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma

substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2018, p. 69). Tal estilização e repetição de atos carrega consigo o conceito de performatividade, como veremos a seguir, que tende, pela própria repetição, à naturalização que levaria à impressão de substancialidade através da ideia de que o gênero é um atributo natural do ser. A rigor, ela afirma que “em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável” (BUTLER, 2018, p. 28). Essa definição de Butler expõe que insistir que o gênero seja uma construção implica tornar esse conjunto de leis tão deterministas quanto a natureza. Em outras palavras, sendo o gênero uma construção cultural, não deveria haver gêneros discordantes do pré-estabelecido em cada cultura específica, visto que todos os gêneros seriam construídos culturalmente da mesma maneira. A partir disso, Butler evidencia o fato de que ao postular a ideia de que o gênero seja uma construção cultural há também a rejeição de qualquer possibilidade de abertura de novas configurações de gênero: se o conceito de gênero como construção cultural for mantido com sua base elementar substancialista, algumas identidades de gênero deverão permanecer ininteligíveis e impossíveis dentro do quadro cultural. Assim, retorna o problema da identidade. Por conta disso, as correntes feministas não avançavam em suas demandas sobre o gênero ao se fixar no problema da construção cultural, pois apenas alterava de lugar as questões da dominação masculinista falocêntrica.

Outro conceito importante dentro da desconstrução de gênero que Butler nos oferece é o de “heterossexualidade compulsória”. Por meio desse dispositivo, a ideia de aparência de substancialidade mais uma vez aflora. Para a filósofa, a heterossexualidade por ser compulsória reforça o binarismo sexo/gênero, uma vez que “como uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo — seria o efeito de uma prática reguladora que se pode identificar como heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2018, p. 45). E complementa:

A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando essa diferenciação por meios das práticas do desejo heterossexual. O ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos, da coerência interna respectiva do sexo, do gênero e do desejo” (BUTLER, 2018, p. 53).

A relação que se faz entre sexo/desejo é sempre generificada e de oposição ao outro gênero e só assim se tornando legítima, sendo pois, heteronormativa e estável. Desse modo, para Butler, não há distinção sexo/gênero como também não há corpo que não habite em si desde cedo a marca de gênero. Em comentário a Butler, Salih afirma que “todos os corpos são generificados desde o começo de sua existência social” (SALIH, 2015, p. 89), visto que o gênero seria algo que fazemos a todo instante, configurar-se-ia como a coerência desses atos, gerando uma aparência de substância ou, em outros termos, de normalidade ou naturalidade. O que podemos perceber em Butler é a pretensão de demonstrar que o próprio conceito de gênero enquanto substância se vê interpelado pelos traços dissonantes de gênero que não se conformam aos modelos sequências de coerência, tornando problemático a cômoda separação entre sexo e gênero. Esses “traços dissonantes” podem ser entendidos com aquele que subverte a ordem heteronormativa. Para a filósofa,

Se é possível falar de um “homem” com um atributo masculino e compreender esse atributo como um traço feliz mas acidental de um “homem”, também é possível falar de um “homem” com um atributo feminino, qualquer que seja, mas continuar a preservar a integridade do gênero. Porém, se dispensarmos a prioridade de “homem” e “mulher” como substâncias permanentes, não será mais possível subordinar traços dissonantes de gênero como características secundárias ou acidentais de uma ontologia do gênero que permanece fundamentalmente inata. Se a noção de uma substância permanente é uma construção fictícia, produzida pela ordenação compulsória de atributos em sequências de gênero coerentes, então o gênero como substância, a viabilidade de homem e mulher como substantivos, se vê questionado pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade. (BUTLER, 2018, p. 55).

E podemos nos questionar: se uma pessoa pode trazer consigo, não de maneira inata, atributos masculinos e femininos, seria o gênero um atributo incerto, já que ele não pode ser considerado essa substância inata? Essa resposta evoca um conceito elaborado por Butler, qual seja, o da performatividade, tendo em vista que “o gênero não é substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes [...] seu efeito substantivo é *performativamente produzido*” (BUTLER, 2018, p. 56, grifos da autora). Ao abordar o caráter performativo de gênero, a questão da autora é entender quais são os mecanismos que tornam essa construção possível. A crítica ao feminismo construcionista não é da ordem da negação do gênero como construção social, mas sim uma tentativa de explorar as limitações dessas teorias de construção social, a saber, paradoxalmente, a

invocação de um *topos* biológico a partir do qual haveria, então, macho e fêmea ou dois sexos biológicos distintos e, a partir deles e sobre eles, se constituiria o gênero. Por isso, a pergunta provocadora: se não há uma relação entre o sexo biológico e o gênero, este entendido como construção social, por que então, o gênero se deu como binário, como se fosse o gênero uma interpretação social do sexo? Ora, Butler propõe que o sexo dito biológico, ou apenas o sexo, é ele mesmo uma criação, neste caso, de gênero. O que tomamos por natural tem, na verdade uma história, sua naturalidade é uma proposição *a posteriori*.

Uma questão, então, se faz proeminente: por que, apesar do exposto, há pessoas e corpos que escapam? Por que há tantas formas de controle e regulação da normalidade de gênero? Butler propõe, então, o que seria o conceito de performatividade, a rigor, de que o gênero é feito enquanto ele próprio se faz. Em suma, haveria um conjunto de normas sociais que interpelam e assujeitam causando a promoção de determinadas práticas de gênero, que seria a forma como funcionamos no mundo. Cada ato estilizado de gênero, cria a realidade subjetiva e objetiva do gênero porque afeta/produz efeito sobre os outros. Então, o gênero seria uma construção social e sua realidade seria dada nas práticas diárias de gênero, nos atos de muitas ordens que o constituem e estabelecem, segundo uma *episteme* heterossexual, a naturalidade e complementariedade de dadas ações, como se antecedessem a capacidade de enunciação, essa natureza que, afinal de contas, seria na verdade uma ficção criada por uma invocação topológica do discurso científico.

O conceito de performatividade é fundamental para a filosofia de Butler, pois permite desconstruir o conceito de gênero e dar novos significados às relações corporais, no qual deixa de decorrer de normas produzidas por um discurso heteronormativo. No entanto, se o gênero inteligível é aquele que, segundo a autora, mantêm as relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, então aquele que não se encontra nessa viabilidade se tornaria o corpo ininteligível, não seria algo intrínseco ao sujeito, nem uma essência vista em seus corpos, mas o resultado de produções/ações diárias em atos e falas, roupas, trejeitos, expressões corporais que produziriam efeitos e, sendo assim, nada teria de relação com aparelho biológico que trazemos ao nascer. A denominada identidade de gênero tem no seu caráter performativo a possibilidade de questionar a sua condição reificada e é através deste conceito que Butler repensa a identidade de gênero fora da metafísica da substância, pois:



Se o corpo não é um ser, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia de gênero e da heterossexualidade compulsória então, que linguagem resta para compreender essa representação corporal, esse gênero que constitui sua significação “interna” em sua superfície? (BUTLER, 2018, p. 240 grifo nosso).

Por meio do conceito de performatividade, Butler questiona, afinal, a compreensão tradicional do corpo e do gênero e, por meio disso, provoca uma revolução na teoria feminista. Evidentemente, Butler não sustenta um agente voluntarioso livre para escolher uma identidade de gênero ou outra. Tampouco haveria um fatalismo biológico. Ao postular a performatividade de gênero, ela se opõe a uma concepção naturalista e sustenta a noção de um sujeito descentrado que é realizado no tempo através de sequências de atos governados, em parte, por uma normatividade cultural, mas apenas em parte. Nesse sentido, surge uma distinção importante entre performance ou desempenho e performatividade:

O desempenho ou performance pressupõe um sujeito, enquanto a ideia de performatividade pretende combater a própria noção do sujeito, enfatizando, em vez disso, os modos como a subjetividade é constituída em momentos históricos específicos como efeito de certos atos [...] a ‘feminilidade’ não deve ser entendida como a exteriorização de alguma essência inata e inerente; em vez disso, a feminilidade é produzida como efeito de determinados desempenhos com marca de gênero que são culturalmente codificados como femininos. A ‘feminilidade’ é uma construção cultural, maleável e impermanente; ela não pode ser entendida como algum tipo de essência preexistente que é exteriorizada como gênero [...] Se a identidade de gênero é definida como um efeito de múltiplas práticas culturalmente significativas, também a performatividade, como um modelo para a realização do gênero, está muito afastada de um modelo em que haja um forte senso de volição e agência separado de preconceitos e influências culturais” (MURPHY, 2012, p. 447-448).

Segundo Butler, performance diz respeito à ação, ao agir de determinada forma expressando o gênero que apresentamos ao mundo. Dizer que algo é performativo é afirmar algo da ordem da produção de efeitos, falar, portar-se, agir de forma que o reconhecimento se dê “esse é um homem” “essa é uma mulher”. É através do conceito de performatividade que o caráter de substância e/ou essência atribuídos ao gênero como pertencente ao sujeito não encontra base sólida, evidenciando assim, que se trata de algo que o sujeito performa. Assim, para Butler, o sujeito constitui-se do ato, do que faz e refaz cotidianamente sendo ele marcado pela reiteração de uma norma ou conjunto de normas.

Esse fazer-se e refazer-se é tão naturalizado que pode ser confundido, de modo acrítico, com a noção de substância.

Conforme Salih (2012), esse fazer-se, para Butler, não é algo que pode ser dito “livre”, mas cumpre limitações, visto que é submetido à Lei ou a uma determinada cultura e, por isso, observa-se ainda uma intenção de um sujeito preexistente. Por isso, essa “liberdade” é cerceada por uma série de fatores externos como amigos, ambiente de trabalho, lugares frequentados, status social. Salih (2012) nos aponta:

Do modo como Butler vê as coisas, se decidíssemos ignorar as expectativas e limitações impostas pelos os amigos, colegas, etc., “vestindo um gênero” que por alguma razão fosse contrariar aquelas pessoas que têm autoridade sobre nós ou de cuja aprovação dependemos, não poderíamos simplesmente *reinventar* nosso guarda-roupa de gênero metafórico, tampouco adquirir um guarda-roupa inteiramente novo (e mesmo que pudéssemos fazer isso, obviamente estaríamos limitados pelo que estivesse disponível nas lojas). Em vez disso, teríamos de alterar as roupas que já temos para indicar que as estamos usando de um modo “convencional” – rasgando-as ou pregando-lhes lantejoulas ou vestindo-as viradas ou do avesso. Em outras palavras, a nossa escolha de gênero, tal como a nossa escolha do tipo de subversão, é restrita – o que pode significar que não estamos, de maneira alguma, “escolhendo” ou “subvertendo” nosso gênero (SALIH, 2012, p. 73).

Assim, as “roupas” de gênero são limitadas não sendo, pois, de tão livre escolha. Tal limitação no faz rever o modelo de identidade de gênero a partir do qual podemos questionar sobre a agência (a escolha e a ação) e o agente. Ao assumir a existência de um sujeito ou de um agente que preexiste ao gênero, a tradição pressupõe uma substância pura e originária, precisamente, o alvo da desconstrução butleriana que contra-ataca ao afirmar o gênero como algo da ordem do performativo, ou seja, aquilo que não suporta um “ator” preexistente aos atos que efetivam e constituem a identidade. Em suma:

Dizer que a realidade de gênero é performativa significa, de maneira muito simples, que ela só é real na medida em que é performada. É justo dizer que certos tipos de atos são geralmente interpretados como expressão de um núcleo ou identidade de gênero, e que esses atos ou estão em conformidade com uma identidade de gênero esperada ou questionam, de alguma forma, essa expectativa – expectativa que, por sua vez, é baseada na percepção do sexo, sendo o sexo entendido como dado factual e distinto das características sexuais primárias. Essa teoria implícita e popular sobre os atos e gestos como *expressivos* do gênero sugere que o gênero em si existe anteriormente aos diversos atos, posturas e gestos pelos quais ele é dramatizado e conhecido (BUTLER, 2018, p. 14).

## 5. Conclusão

Em sua leitura sobre gênero, Butler insiste que a subversão e a paródia são o modo pelo qual o corpo reage à normatização, ressaltando as performances que põem em questão a matriz heterossexual dos contornos daquele corpo. Tal como o gênero, o sexo – e o corpo também – seriam um efeito da categoria discursiva que fornecem apenas uma unidade artificial. Assim, para entender o conceito butleriano de performatividade, o gênero precisa ser percebido como algo constituído por meio de atos que são repetidos e reencenados e fazem, ao longo do tempo, com que a ideia de gênero se cristalize, criando, não obstante, a aparência de substancialidade ou de normalidade. Todavia, se os atos performativos criam a própria noção de gênero, não há que se falar em natureza biológica ou fundamento natural. Pelo contrário, a teoria de Butler nos oferece um potente argumento contra a sedução da unidade e da substancialidade, pois demonstra que não há uma precedência metafísica ou ontológica das identidades de gênero, uma vez que tudo o que temos são interpretações pretensamente naturalizadas como fundamento e norma. Afinal, o corpo é o grande território da luta política, naquilo que Foucault denominou de biopolítica ou, mais especificamente, uma inscrição da vida sob o binômio sexo/gênero, cujo o regime institucional apenas torna mais evidente a exclusão da anomalia radical dos corpos abjetos. Entretanto, por isso mesmo, algo resiste e se move.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo. Fatos e Mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- CHANTER, Tina. *Gênero. Conceitos-chave em Filosofia*. Tradução de Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade volume I: a vontade do saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2019.
- IRIGARAY, Lucy. *The Sex which Is not One*. Tradução de Catherine Porter e Carolyn Burke. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 2003.

\_\_\_\_\_. *Male and Female. A Study of the Sexes in a Changing World*. New York: William Morrow & Company, 1975.  
MURPHY, Ann V. “Sexualidade”. In: *Fenomenologia e Existencialismo*. DREYFUS, H.L.; WRATHALL, M.A. (Orgs.). Tradução de Cecília Camargo Bartalotti e Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola, 2012, p. 441-452.

*Recebido em: 11/04/2021*

*Aprovado em: 27/06/2022*